

Projeto: Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua: desafios da implementação

Atualização do Levantamento da Produção Acadêmica sobre População Infantil e Adolescente em Situação de Rua no Brasil (2015-2020)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

Ficha

1) Referência – ROBERTO, Ana Carla Junqueira Meirelles. Processo de rualização: resistências e aquiescências de crianças, adolescentes e adultos. 2016. 241p. Tese (Doutor em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

2) Orientador – LIMENA, Maria Margarida Cavalcanti.

3) Resumo – Na presente tese, objetivamos entender o processo de rualização de crianças e adolescentes e identificar os motivos que propiciam a permanência de muitos deles nessa situação até a fase adulta, vivendo nas ruas e/ou acessando os serviços de atendimento e de acolhimento para população de rua. Contextualizamos nossa análise a partir dos serviços de proteção à população de rua do município de São José dos Campos-SP. A organização metodológica desta pesquisa foi edificada em várias etapas: levantamento bibliográfico, entrevistas com os sujeitos, e pesquisa de campo para o levantamento dos dados estatísticos. Este trabalho está ancorado em múltiplas fontes de pesquisa, dentro de uma perspectiva do Pensamento Complexo, o que permitiu uma maior apreensão das ideias e dos fatos concretos concernentes a esse fenômeno multidimensional. Servimo-nos de obras clássicas, filmes, músicas, documentos acadêmicos, incluindo um histórico de algumas legislações, políticas públicas direcionadas à proteção da criança e do adolescente e à população de rua em geral. Nossa pesquisa foi também voltada para análises na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e na Política Nacional de Inclusão da Pessoa em Situação de Rua (PNPSR). A metodologia utilizada foi de natureza quanti-qualitativa. Para a pesquisa quantitativa, valemo-nos de dados obtidos junto à Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS), Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Conselho Tutelar (CT) e Delegacia de Infância e Juventude (DIJU) do município. Em relação à pesquisa qualitativa, nosso foco foi o depoimento de adultos, com a faixa etária entre 19 e 40 anos de idade, que iniciaram o processo de rualização na infância ou adolescência, mas que ainda permanecem nessa condição, após vinte e seis anos da implantação do Estatuto da Criança e dos Adolescentes (ECA). Esses adultos entrevistados, já estariam, teoricamente, sob as salvaguardas de algumas legislações, em especial da Constituição Federal (CF) e do ECA. A partir dos dados estatísticos e dos relatos orais, foi possível uma análise crítica construtiva da efetividade da legislação da Assistência Social, da rede de proteção social e do aparelhamento existente no município. Pudemos constatar várias falhas envolvendo a coleta descontínua de dados ao longo do período desta pesquisa (2010 a 2015), além de equívocos metodológicos na construção da amostragem e de gênero. Tais fatos mostram uma descrição imperfeita da realidade apresentada pelo município em relação ao grupo de crianças e adolescentes que vivem nas ruas e

correspondem àquela apresentada pelos registros do órgão principal responsável por identificar e atender esta demanda: o Centro Pop. Essa constatação reforçou conclusões de estudos prévios sobre as dificuldades de se realizar pesquisas e da necessidade imperiosa dos serviços municipais de proteção de fazerem uso adequado dos dados estatísticos, assim como da adoção de instrumentos apropriados a serem implantados no município. Assim, este trabalho realça as dificuldades e limitações no funcionamento dos serviços de atendimento e proteção aos jovens, embasados nas legislações vigentes e nos métodos de amostragem dessa população. Além disso, demonstra a inerente complexidade desse problema, que exige uma abordagem interdisciplinar humanista embasada no Pensamento Complexo.

4) Palavras-Chave – criança; adolescente; adulto; rualização; política pública; proteção.

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.